

Retorno ao futuro: utopias, retrotopias e heterotopias nos projetos de regeneração do bairro de Marvila

Returning to the future: utopias, retrotopias and heterotopias in the regeneration projects of the Marvila neighborhood

Chiara Pussetti

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

RESUMO

Marvila é um bairro pós-industrial da cidade de Lisboa, geograficamente muito central, mas socialmente percebido como muito distante devido a uma longa história de pobreza, discriminação e estigmatização da população residente. Na última década, Marvila tem passado por um processo de regeneração urbana em larga escala que viu projetos de habitação de luxo, a abertura de restaurantes, galerias de arte e clubes, bem como indústrias “inteligentes” e “criativas” transformando os edifícios industriais abandonados. A relevância deste estudo reside na análise crítica dessas transformações, que frequentemente agravam desigualdades preexistentes. O objetivo deste artigo, baseado em pesquisa antropológica realizada no bairro de Marvila (Lisboa, Portugal) como parte do projeto H2020 ROCK, é apresentar as áreas de intervenção do projeto, com os seus imaginários distópicos, utópicos e retrotópicos. Metodologicamente, a investigação combinou observação participante, entrevistas, grupos focais e análise documental, permitindo o cruzamento entre dados empíricos e análise teórica. Ao revelar os diferentes tipos de utopia que orientam a imaginação de futuros que não foram, mas poderiam ter sido, e ao criticar as perspectivas políticas dominantes sobre o lugar, este artigo apresenta as preocupações sociais vivenciadas pelas pessoas em seu cotidiano, causadas por mudanças demográficas, econômicas e urbanas. Em particular, examina-se como o passado é mobilizado — ora como memória traumática a ser apagada, ora como retrotopia idealizada — e como certos projetos urbanísticos funcionam como mecanismos de esquecimento ou reconfiguração da história local. Esses processos oferecem uma perspectiva privilegiada para imaginar futuros alternativos em que ‘já estivemos no ainda não’, além de possibilidades aparentes, e para provocar caminhos alternativos que possam valer a pena seguir. Conclui-se que os processos de regeneração urbana em Marvila operam como instrumentos de reconfiguração social e de apagamento seletivo do passado, exigindo um olhar etnográfico atento às tensões entre memória, desejo e exclusão.

Recebido em 12 de maio de 2024.

Avaliador A: 18 de junho de 2024.

Avaliador B: 8 de julho de 2024.

Aceito em 19 de agosto de 2024.



Palavras-chave: Lisboa, Gentrificação, Regeneração, Futuros urbanos imaginados, Envolvimento cidadão.

ABSTRACT

Marvila is a post-industrial neighbourhood of the city of Lisbon, geographically very central, but socially perceived as very distant due to a long history of poverty, discrimination and stigmatization of the resident population. In the last decade, Marvila has been the subject of a large-scale urban regeneration process that has seen luxury housing projects, the opening of restaurants, art galleries and clubs, as well as “smart” and “creative” industries transforming the abandoned industrial buildings. The relevance of this study lies in analysing how these transformations often deepen pre-existing social inequalities and disrupt local ways of life. The aim of this paper, based on anthropological research carried out in the Marvila neighbourhood (Lisbon, Portugal) as part of the H2020 ROCK project, is to present the project’s areas of intervention, with their dystopian, utopian and retrotopian imaginaries. The methodology combined participant observation, individual interviews, focus groups and documentary analysis, enabling a triangulated understanding of empirical experience and symbolic dynamics. By revealing the different types of utopias that guide the imagination of futures that have not been but could have been, and by critiquing the dominant political perspectives on the place, this paper presents the societal concerns that people experience in their everyday lives, caused by demographic, economic and urban changes. It further investigates how memory and place intersect, showing how the past is evoked as a retrotopian ideal or a dystopian burden to be erased, shaping conflicting narratives of urban renewal. These processes offer a privileged perspective from which to imagine alternative futures in which ‘we have already been in the not-yet’, beyond apparent possibilities, and to provoke alternative paths that might be worth pursuing. It concludes that the regeneration processes in Marvila function as material interventions and as symbolic operations that selectively erase the past, reconfigure belonging and redefine urban citizenship.

Keywords: Lisbon, Gentrification, Regeneration, Imagined urban futures, Citizen engagement.

MARVILA E OS MUROS DE BERLIM

As pessoas simplesmente chamavam de “Bairro Chinês”. As origens do nome perderam-se no tempo, mas os mais velhos que entrevistei afirmam que o bairro obteve o seu nome

da aparência com as aldeias flutuantes chinesas, com a concentração de pequenas casas com telhados de madeira e de lata distribuídas ao longo de vielas estreitas. É possível que filmes retratando estas imagens da China estivessem chegando lentamente aos cinemas de Lisboa na década de 1950, sob a estreita vigilância da censura fascista da época. O que está certo é que os mais de dez mil habitantes que tinham emigrado do interior do país para trabalhar nas fábricas na área de Marvila chamavam este bairro de lata, com cerca de seis hectares, de “Chinês”. “Éramos pobres – contou Maria, uma ex-residente, agora realocada para um dos pálidos prédios amarelos de habitação social - mas havia um grande sentido de comunidade”. Olhando vagarosamente aquela terra agora vazia, Maria recorda memórias de infância: noites frias e famintas com ratazanas a passar na rua; jogos de crianças esquivando-se dos esgotos a céu aberto; pobreza que ia de mãos dadas com fortes laços sociais, amizade, altruísmo, sentido de proteção. “Agora, olhe para isto: estamos isolados” - diz, apontando vagamente para sul em direção à linha ferroviária, que separa o novo bairro social da área onde as fábricas outrora costumavam estar, e que agora foi alvo de um intenso processo de gentrificação. “Uma *Disneyland* para pessoas ricas, é isso que é. Costumávamos trabalhar lá, agora nem podemos ir para lá, os preços são proibitivos: estamos presos aqui, atrás da linha do comboio. É como um muro. É como se tivéssemos o nosso próprio Muro de Berlim”.

Este artigo, que reporta reflexões ligadas à etnografia realizada pela equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), coordenada por mim no âmbito do projeto europeu H2020 ROCK (*Regeneration and Optimization of Cultural Heritage in Creative and Knowledge Cities*¹). O estudo apresenta reflexões sobre os imaginários de regeneração urbana no âmbito do projeto ROCK, destacando a complexidade das dinâmicas sociais, econômicas e culturais em jogo, além de explorar as utopias, retrotopias e distopias que moldam os processos de planeamento urbano.

Liderado pela Municipalidade de Bolonha, o projeto ROCK propunha uma abordagem sistémica inovadora, colaborativa e circular para a regeneração e reutilização adaptativa dos centros históricos das cidades, testando a replicabilidade da abordagem espacial e de modelos de regeneração urbana em sete cidades europeias (*role models*) e em três cidades replicadoras (*replicators*²). O seu desafio era demonstrar como o património (formal, informal, tangível e intangível) poderia constituir um fator de regeneração, desenvolvimento social e crescimento económico para as cidades. A abordagem ROCK ao património cultural integrou dois conceitos principais: a “cidade criativa”, que considera a criatividade como um fator estratégico para o

1 O projeto ROCK recebeu 9.837.585 euros de financiamento da União Europeia (UE) no âmbito do tema “O património cultural como motor do crescimento sustentável” do programa Horizonte 2020 (SC5-21-2016-2017).

2 Disponível em: rockproject.eu/consortium.

desenvolvimento sustentável nos âmbitos econômico, social, cultural e ambiental (conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e a “cidade do conhecimento”, caracterizada por uma economia baseada no conhecimento que impulsiona dinâmicas socioeconômicas e tecnológicas inovadoras.

Os centros históricos das cidades são laboratórios extraordinários para demonstrar como o patrimônio cultural pode ser um motor único e poderoso de regeneração, desenvolvimento sustentável e crescimento econômico para toda a cidade. A dimensão ambiciosa deste desafio justificou a complexidade do consórcio que incluiu 32 parceiros de 13 países, entre os quais dez cidades, sete universidades, três redes de empresas, duas redes de cidades, uma fundação, uma instituição de caridade, empresas e agências de desenvolvimento (atlas.rockproject.eu). O principal objetivo foi apoiar três cidades replicadoras, sendo elas Bolonha, Lisboa e Skopje, que já experimentavam processos de inovação urbana na transformação de centros históricos afetados por problemas sociais e decadência física, seguindo o exemplo das sete cidades modelo: Atenas, Cluj-Napoca, Eindhoven, Liverpool, Lyon, Turim e Vilnius. Metodologicamente, o projeto foi organizado com base em quatro estratégias complementares: inventário de conhecimentos (pesquisa bibliográfica), partilha de modelos através de visitas de orientação, pilotagem e demonstração, e, por fim, avaliação e replicabilidade dos modelos. Foram desenvolvidas ferramentas para apoiar o desenvolvimento das atividades do projeto, tais como uma plataforma web para a criação de redes e orientação, um aplicativo multiplataforma relacionado às experiências do patrimônio cultural, *Living Labs* participativos, ferramentas de monitoramento de grandes multidões e monitoramento do controle ambiental.

Em Lisboa³, o ROCK pretendeu regenerar a área geográfica de Beato e Marvila, por meio de processos criativos e sustentáveis de desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, capazes de fortalecer a identidade local para melhorar o capital social, capacitar as comunidades e possibilitar a coesão social. As freguesias de Marvila e Beato situam-se entre o centro histórico da cidade, recentemente massificado pelo turismo, e o Parque das Nações, criado em 1998. A área de estudo de caso — localizada na periferia do centro da cidade, mas ainda dentro do município de Lisboa — reúne um conjunto de espaços muito diferentes, com baixa contiguidade espacial e social. Historicamente, zonas industriais com fábricas e armazéns, onde a maior parte da população é caracterizada por baixos rendimentos, têm passado por um processo de revitalização nos últimos anos, assim como Beato e Marvila. Os antigos armazéns industriais e portuários tornaram-se uma inspiração, e os seus terrenos, a infraestrutura física para futuros restaurantes, habitações de alto nível (*lofts*), indústrias criativas e galerias de arte. Em contraste, a área de Chelas, a parte alta de Marvila, distante do rio, não foi intervencionada e ainda mantém

³ Disponível em: lisboa.rockproject.eu.

uma reputação negativa, apresentando elevados níveis de pobreza e desigualdade social. A área tem sido associada a problemas de segurança e criminalidade, com muitos moradores vivendo em condições de habitação precária, em edifícios antigos, superlotados e mal conservados. Embora haja esforços para melhorar a segurança, a percepção de criminalidade continua a estigmatizar a área, afastando investimentos e oportunidades⁴.

Como o desafio proposto pelo próprio título do projeto, o ROCK convidou pesquisadores, habitantes e gestores municipais, juntamente com os principais *stakeholders* do território, para colaborar em uma projeção experimental, integrada, coletiva e interdisciplinar do território e das suas dinâmicas. O projeto comportou práticas de recolhimento e criação de diálogo entre sonhos, desejos, preocupações, ilusões e desilusões dos moradores de um lado, e projeções, imaginações e interesses políticos e econômicos dos gestores municipais do planejamento territorial e de desenvolvimento urbano, do outro. A metodologia enfatizou a cocriação de soluções com a comunidade local, explorando diferentes significados e expectativas em relação à regeneração liderada pelo patrimônio cultural⁵. A pesquisa utilizou uma abordagem metodológica múltipla, incluindo observação participativa, entrevistas individuais e questionários. Isso permitiu a coleta de dados quantitativos e qualitativos, proporcionando uma compreensão mais profunda das disparidades urbanas na área de demonstração (Di Giulio et al., 2019; Falanga; Nunes, 2018; Falanga; Nunes; Martins, 2019; Falanga; Nunes, 2021; Falanga; Bonoli, 2021). Foram analisadas as divisões espaciais e as desigualdades socioeconômicas, buscando entender como essas questões poderiam ser abordadas de forma eficaz por meio das iniciativas do projeto. Um papel importante foi desempenhado pelo *Lisbon Living Lab* (LLL), destinado a sensibilizar as comunidades locais para o seu patrimônio, desenvolver projetos e processos participativos e apoiar ações de arranque. O LLL promoveu iniciativas de engajamento comunitário, entre as quais a loja *pop-up* “Loja Com Vida” e o jardim urbano “Jardim para Todos”, com o objetivo de ativar o capital social e promover novas atividades econômicas. Foram organizadas outras atividades, como exposições, um fórum internacional de cultura, um *hackathon*, um workshop de *city-branding*, os “Dias de Marvila” e os “*Bibliogamers*” (um evento colaborativo baseado em jogos tecnológicos).

Contudo, a metodologia de pesquisa-ação participativa utilizada no projeto ROCK apresentou alguns pontos fracos. A complexidade da governança do projeto, com múltiplos níveis de gestão, e a necessidade de coordenar com parceiros internacionais e locais dificultou a implementação eficaz de abordagens participativas. Em situações específicas, os participantes sentiram que suas vozes não eram realmente ouvidas, ou que as decisões já estavam tomadas

4 Para visualizar o mapa da área, acesse: lisboa.rockproject.eu/categoria/cartografias.

5 Disponível em: lisboa.rockproject.eu/videos; lisboa.rockproject.eu/categoria/rock-coffee-talks-workshops.

antes de sua participação, levando à desconfiança e à desvinculação da população. Além disso, o LLL foi percebido como um espaço institucional que não proporcionou um ambiente significativo para o debate público (Poggemann, 2020; Correia *et al.*, 2020; Reis e Silva, 2020; Falanga; Nunes, 2021; Falanga; Bonoli, 2021; Martins, 2022).

Através de uma perspectiva transdisciplinar, que integra a antropologia e a urbanística, e observando etnograficamente o bairro de Marvila sob diferentes ângulos (histórico, social, estético e estrutural), neste estudo tentarei interrogar a história dessa área, utilizando como instrumentos heurísticos conceitos derivados das peculiaridades deste território em constante tensão: utopia, retrotopia, (retro)distopia e heterotopia. A metodologia empregada baseia-se na coleta de informações produzidas sobre estes bairros na literatura especializada e em material de arquivo, seguida de uma análise crítica. Isso inclui também entrevistas abertas de caráter exploratório e grupos focais (*focus groups*), além da clássica observação participante, realizadas entre meados de 2017 e 2018 pela equipe que coordenei durante o andamento do projeto.

O bairro apresenta-se como fraturado, suspenso entre o passado e o presente, entre campo e cidade, num processo de profunda transformação. Em primeiro lugar, apesar de estar geograficamente muito próximo do centro histórico da cidade, a distância social é enorme. As fronteiras geográficas, sociais, culturais e simbólicas são tão significativas que os habitantes desta área urbana se referem a ‘Lisboa’ como uma outra cidade a qual não pertencem. Comentando a nossa presença, muitas vezes se referiam a nós como “pesquisadores que vinham de Lisboa”, sem considerar que a distância física até à cidade universitária é de apenas 5,4 km. Em segundo lugar, o território é cortado por uma linha ferroviária que divide o bairro em duas partes, fragmentando simbolicamente o espaço: uma parte baixa, mais antiga, junto ao rio, conhecida também como Marvila antiga; e a Alta Marvila, que ocupa um altiplano que está afastada da frente ribeirinha, incluindo o bairro do Marquês de Abrantes, que se estende até o Vale do Chelas.

Como muitos autores reportam, o recente passado da zona ribeirinha oriental da cidade era caracterizado por uma forte presença industrial, uma intensa circulação de pessoas e mercadorias e ligado às atividades portuárias (Pereira, 1994; Folgado; Custódio, 1999; Matos, 1999; Consiglieri; Abel, 2004; Consiglieri; Abel, 2006; Baptista, 2011; Soares, 2011; Silva Nunes; Dourado Sequeira, 2011; Ávila Cachado, 2013; Teles Rebolo, 2016; Reis e Silva, 2013, 2016, 2019). Com a expansão da linha ferroviária do Norte, que passou a atravessar as freguesias de Beato e Marvila a partir de 1856, esta área tornou-se um local proeminente para a instalação da indústria, destacando-se especialmente na transformação de tecidos de algodão, tabaco, cortiça, moagens, tanoarias e comércio vinhateiro. Desde o final do século XIX, e particularmente entre 1940 e a crise de 1973, a escala industrial de Marvila atingiu uma grandiosidade considerável, com indústrias de vinho, sabão, borracha, fósforo, tabaco e material de guerra. A partir do

final dos anos 1940, Portugal iniciou a transição para uma indústria moderna. Este crescimento sustentado prolongou-se até cerca de 1973, caracterizando-se como um período de significativo progresso econômico para o país. Os vestígios da vida industrial que moldou aquele lugar permanecem na memória de muitos habitantes, que recordam nostalgicamente o movimento nas ruas e a vitalidade dos locais, refletindo uma atmosfera urbana particular que, para os atuais residentes de Marvila, desapareceu.

Quando o êxodo rural explodiu nos anos sessenta, Lisboa e os seus arredores não tinham capacidade para acolher adequadamente o grande fluxo migratório que chegava em busca de melhores condições de vida. A maior parte dessa população vinha da região da Beira Alta, especialmente da zona de Viseu. Muitos encontraram trabalho na Fábrica Nacional de Sabões, na Fábrica de Borracha, na Fábrica dos Fósforos e nos armazéns de vinho de Abel Pereira da Fonseca. A indústria necessitava de mão de obra para sustentar o crescimento. No entanto, apesar dos salários serem superiores aos da Província, não eram suficientes para pagar a renda da casa. Além dos bairros operários, surgiram por toda a cidade áreas de barracas e habitação precária. Em 1958, surgiu a urbanização clandestina conhecida como Bairro Chinês, o maior bairro de barracas da zona oriental de Lisboa, situado onde hoje se encontram os bairros Marquês de Abrantes, Alfinetes e Salgadas, e a Quinta do Chale, destinado a acolher familiares, parentes e conterrâneos que chegavam à cidade em busca de trabalho. Na década de 1970, o Bairro Chinês abrigava cerca de 1000 barracas e 5000 pessoas. Devido à escassez de recursos e à ausência de habitação social, os recém-chegados ocuparam terrenos vagos ou devolutos, construindo barracas de chão térreo com materiais variados, como tábuas de madeira, tijolos, cimento e chapas metálicas. As casas foram erguidas sem qualquer plano urbanístico, resultando numa disposição desordenada e caótica. Muitas das barracas eram construídas lado a lado, sem espaços livres entre si, formando corredores ou becos labirínticos. No interior, havia hortas e terrenos livres onde os residentes complementavam o orçamento familiar com atividades agrícolas e pastorícias. Apesar das construções serem frágeis, com pouco conforto e escassez de higiene, o Bairro Chinês distinguia-se de outros bairros semelhantes pela sua população ordeira. Constituída por pessoas de raízes operárias e rurais, em idade ativa, socialmente interligada e integrada no mercado de trabalho, o bairro apresentava uma dinâmica comunitária única. Deste espaço, ainda hoje estigmatizado, os moradores conservam memórias do tempo das barracas e da solidariedade. Para Ana e Ricardo, um casal de 52 anos que entrevistei várias vezes entre 2019 e 2023, os seis hectares da Quinta do Marquês de Abrantes (nome oficial do Bairro Chinês) eram o seu cotidiano. Este espaço, que abrigava duas mil barracas e dez mil pessoas e evocava cenários de um Oriente distante, era marcado por esgotos a céu aberto, ratazanas, baratas, casebres sem banheiro ou eletricidade, e uma realidade de violência, pobreza, solidariedade e colaboração. A situação segregada da população desencadeou um processo gradual de realojamento, que só foi

concluído vários anos depois com a demolição total das barracas.

Na década de 1970, este território, do qual hoje é quase impossível encontrar vestígios materiais, foi o cenário de um grande experimento em habitação social: a experiência da Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC), criada em 1968. Esta operação urbana de grandes dimensões focou na participação dos moradores e na utilização da autoconstrução (Ferreira; Gomes, 2015). Em 1969, o Escritório Técnico de Habitação convidou o PRODAC para atuar no Bairro Chinês com o objetivo de erradicar completamente a favela, seguindo seu modelo de urbanismo participativo e de autoconstrução (Rebolo, 2017; Machado, 2017). Por iniciativa dos moradores do bairro, foi realizado um trabalho de intervenção comunitária para o realojamento dos residentes da Quinta do Marquês de Abrantes, conhecido como Projeto PRODAC (Soares, 2011). Com base em um plano de intervenção definido pela Associação de Produtividade na Autoconstrução no início da década de 1970, o bairro foi construído em regime de autoconstrução para realojar os habitantes do Bairro Chinês, um dos maiores aglomerados de habitação ilegal em Lisboa, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa. Durante cerca de quatro décadas, os moradores, que participaram diretamente da construção das suas casas, lutaram pelo reconhecimento como proprietários legítimos das habitações. Durante vários meses, assistentes sociais e especialistas urbanos realizaram pesquisas, sessões informativas e colaboraram com a população na busca por soluções ideais, especialmente para manter a proximidade e os laços familiares durante o processo de realocação.

O Bairro Chinês foi completamente desmantelado, e todas as famílias foram realocadas para o PRODAC e para outros empreendimentos. A tese de doutorado de João Manuel Teles Rebolo, sobre a intervenção da PRODAC no realojamento do Bairro Chinês em Marvila, descreve detalhadamente todo o processo. O bairro, que abrigava tanto populações pobres quanto quintas de comerciantes e industriais da época, incluía as Quintas do Cosme, do Prestes, do Troca, do Desterro, do Quintim, das Amendoeiras, do Casal Ribeiro, do Lopes, do Magalhães, da Valada e da Viúva Pimentel.

Antes desta experiência, a tipologia de habitação mais comum para a classe trabalhadora em Lisboa era a dos assim chamados ‘pátios’ e ‘vilas operárias’. Os pátios eram áreas residenciais privadas, criadas por pequenos proprietários, seguindo um modelo habitacional onde pequenas casas eram construídas ao redor de uma área livre comum. Essas estruturas precárias tinham uma enorme densidade populacional e eram erguidas em pátios de edifícios e blocos, ou reutilizavam espaços abandonados (Leite; Vilhena, 1991; Pereira, 1994; Reis e Silva, 2016). As vilas operárias correspondem à última fase do alojamento operário, edificadas por iniciativa dos industriais e caracterizadas pelo sistema funcional e formal estabelecido entre o local da fábrica e a habitação (Oliveira Antunes, 2002). As vilas em Lisboa foram construídas durante o final do século XIX e início do século XX para abrigar trabalhadores, principalmente os

operários das fábricas. As vilas operárias desempenharam um papel crucial na história social e urbana de Lisboa. Elas não só forneceram moradia para milhares de trabalhadores, mas também ajudaram a moldar a identidade e a cultura das comunidades operárias na cidade, representando um capítulo importante na história da arquitetura e do planejamento urbano em Lisboa.

Se a industrialização simbolizava a modernidade, a habitação da classe trabalhadora estava gerando uma “ruralização” do espaço urbano e representava um perigo para a saúde pública. Muitas pessoas, oriundas do campo, mantinham seus hábitos rurais, como criar porcos e galinhas para alimentação e utilização de excrementos na mesma área de convívio. Para a mentalidade burguesa, essas condições eram chocantes e inaceitáveis, gerando um discurso moral crítico sobre a falta de disciplina das classes operárias, suas habitações insalubres e os comportamentos considerados atrasados e defeituosos. Além disso, em uma sociedade que gradualmente aceitava as novas teorias científicas sobre contágio, o contexto da extrema precariedade habitacional e pobreza oferecia evidências de que essas condições tornavam as pessoas potenciais veículos de transmissão de doenças. A falta de higiene nos aglomerados populacionais era, de fato, uma das principais causas da propagação de doenças. Os surtos epidêmicos nessas áreas reforçaram a ligação entre a medicina e a urbanística, evidenciando a necessidade de controlar a pobreza e a doença. Nem mesmo um governo liberal e republicano (1910-1926), fortemente influenciado pela elite médica, conseguiu implementar melhorias significativas, apesar dos esforços em projetos habitacionais sociais iniciados em 1918. As medidas adotadas foram claramente insuficientes, especialmente em um período marcado pela crise pós-Primeira Guerra Mundial, que culminou em um golpe militar e no estabelecimento de uma ditadura fascista. As políticas de realojamento em Marvila refletem a evolução das abordagens governamentais e comunitárias para enfrentar a habitação precária e promover o desenvolvimento urbano sustentável. Desde os esforços iniciais para a erradicação das barracas até as atuais iniciativas de reabilitação e revitalização, a trajetória de Marvila é um exemplo de adaptação e resiliência urbana.

As políticas de realojamento, especialmente durante o Plano Especial de Realojamento (PER), levaram à construção de habitações sociais que muitas vezes não foram acompanhadas de um planejamento urbano abrangente (Ávila Cachado, 2013; Tulumello *et al.*, 2017). A falta de integração desses novos bairros com o restante da cidade contribuiu para a consolidação de guetos urbanos. As habitações sociais, muitas vezes localizadas em áreas periféricas ou menos valorizadas, contribuíram para a segregação residencial. Estereótipos negativos associados aos bairros como Chelas e Marvila reforçaram a segregação e dificultaram a integração dos residentes na sociedade mais ampla. A falta de voz e de representação das comunidades residentes nas áreas de habitação social nas decisões políticas e de planejamento urbano contribuiu para a consolidação das desigualdades e da exclusão. Esta combinação de fatores

históricos, socioeconômicos, de planejamento urbano e políticas habitacionais resultou em um território urbano partido e reprodutor de segregações, estigmatizações e distâncias sociais.

A atual experiência urbana de Marvila está marcada pelas múltiplas camadas de história que caracterizaram este território. Hoje, o que resta desse bairro de lata é um cenário de abandono e vazio urbano, onde permanecem vestígios de antigas quintas, palácios e residências reais. Essas ruínas da antiga nobreza surgem como espectros de tempos passados em grandes áreas desertas, sem função recreativa ou econômica, simbolizando a separação cultural e social que define a região. Aqueles que vivem além do que Maria definiu como o “Muro de Berlim” estão simbolicamente ligados a um território descaracterizado, estigmatizado e isolado em relação ao resto da cidade (Soares, 2011). Os ‘muros’ na cartografia cognitiva dos moradores multiplicaram-se. As diferentes áreas de Marvila estão ligadas a territórios pensados como distintos: a Marvila da primeira fase do realojamento social (entre 1960 e 1980), caracterizada pelo rápido crescimento populacional devido à migração interna e pelos primeiros esforços de realojamento; a Marvila da fase da consolidação (década de 1980 a 1990), caracterizada pelo Plano Especial de Realojamento, que objetivava erradicar as barracas e proporcionar habitação digna às famílias; a fase da revitalização urbana (década de 2000 a 2010), que buscava não apenas melhorar as habitações, mas também integrar socialmente e economicamente os residentes, através de projetos participativos que os envolviam na tomada de decisões e no planejamento das intervenções; e, finalmente, a atual Marvila dos *hipsters* e das indústrias criativas, com os novos desafios ligados à gentrificação e à pressão imobiliária.

Se as ruínas, os edifícios abandonados, os descampados e o vazio urbano que marcam a paisagem atual do bairro social remetem ao passado (com as suas idealizações românticas, mas também com as memórias traumáticas que carrega), a frente ribeirinha está agora totalmente voltada para o futuro. No entanto, a nova oferta cultural do bairro não parece ser direcionada à sua população original, que observa com ironia a constante abertura de restaurantes de luxo, bares com preços elevados e novos centros artísticos com atividades alternativas. Com nostalgia, os moradores relembram as antigas tascas, bares, círculos recreativos, farmácias, talhos, correios e mercearias, que desapareceram para dar lugar a novos condomínios de luxo. Para eles, o futuro de Marvila parece promissor apenas para os senhorios, que poderão aumentar as rendas, e para aqueles dispostos a pagar 500.000 euros por um T0⁶. O futuro deles está distante desse cenário. Eles conhecem as histórias de amigos que moravam em Alfama e na Mouraria e foram forçados a deixar seus apartamentos devido à gentrificação e ao aumento das rendas. Alguns sonham em retornar à terra natal, perto de Viseu, onde ainda esperam encontrar um pedaço de terra e uma

⁶ Um T0 é uma pequena unidade habitacional composta de um único cômodo que serve como sala, quarto e cozinha, com um banheiro separado.

casinha de pedra. Outros não têm certeza e apenas sabem que esta nova Marvila já não é para eles.

NOVA ÍNSULA UTOPIA: ILHAS URBANAS ENTRE O CAMPO E O JARDIM

Pensando o caso de Marvila à luz dos slogans contemporâneos da regeneração urbana, que idealizam a construção de uma cidade ‘*sustainable, green, smart, creative, open-source, nature, resilient, knowledge*’, no projeto ROCK discutimos a reemergência contemporânea de pensamentos utópicos nos projetos de requalificação urbana. Nas propostas em que a revitalização e a regeneração social caracterizaram as atividades do projeto ROCK destacam-se aquelas ligadas à utopia da ‘*cidade-jardim*’. A criação do *Lisbon Living Lab*, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, proporcionou as condições necessárias para promover uma ampla gama de iniciativas e implementar três ações principais: um *pop-up* baseado na reutilização de lojas vazias, liderado pela ONG local Rés do Chão; o *co-design* de um jardim comestível denominado “jardim para todos” pelas ONGs locais Muita Fruta e Coletivo *Warehouse*; e a criação de um novo Centro Interpretativo do território na biblioteca pública, coliderado pela Câmara Municipal e pelo ICSUL. A valorização da agricultura urbana tem sido um foco, abrangendo tanto hortas formais e informais quanto descampados, para reviver a identidade rural do território e da sua população. Propôs-se a criação de um novo jardim comestível, a depender da participação ativa de intervenientes e comunidades locais, aproveitando tradições, memórias e conhecimentos rurais, reconhecidos como parte do patrimônio intangível local. Projetos mais ambiciosos visaram revitalizar a economia agrícola de subsistência e o mercado hortofrutícola, criando espaços verdes pedagógicos que promovam o equilíbrio social e uma integração harmoniosa entre campo e cidade. Este panorama remete ao ideal utópico de ‘cidade-jardim’ proposto por Ebenezer Howard, em 1889, no livro *Tomorrow: A Peaceful Path to Real Reform* (reeditado em 1902 com o título *Garden Cities of Tomorrow*). Este modelo emergiu em resposta ao crescimento desordenado das cidades e à deterioração dos subúrbios no final do século XIX na Inglaterra, oferecendo uma alternativa à superlotação urbana e às condições insalubres. A cidade-jardim buscava integrar o melhor da vida rural e urbana, expandindo para novos centros urbanos satélites conectados por vias férreas e rodoviárias, enquanto preservava espaços verdes ao redor dos aglomerados. Inspirado no modelo de ‘cidade-jardim’ e na imagem de uma aldeia, em Marvila, o bairro de Madre de Deus foi criado no âmbito do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, de 1938, como parte de um conjunto de bairros econômicos construídos

pelo Estado Novo (Baptista, 1999). O bairro procura recriar o ambiente rural das origens das famílias operárias, oriundas principalmente da Beira Alta, em contexto urbano. O projeto incluiu habitações unifamiliares geminadas, com jardins frontais e pequenos quintais ou hortas nas traseiras. A estrutura urbana foi organizada de forma simétrica, com ruas que convergem para um ponto elevado, onde se encontrava o largo ajardinado conhecido como Mata, atualmente Parque de Madre de Deus.

Após a conclusão do bairro de Madre de Deus⁷, o *design* original foi complementado na periferia com edifícios de habitação coletiva, dispersos por amplos descampados que careciam da vitalidade do ambiente rural original. Esse desenvolvimento reflete as intenções do regime de Salazar, que buscou transformar antigas áreas insalubres em “casinhas brancas e higiênicas, felizes e alegres sucessoras de espeluncas infetas e malcheirosas, onde o Serviço Social, a Igreja e a Escola acabarão com os vícios dos pais e o abandono das crianças”⁸, promovendo uma imagem de ordem e moralidade. A arquitetura visava fornecer privacidade e autonomia às famílias, distantes do coletivismo que o regime evitava. Salazar acreditava que a arquitetura deveria refletir os valores da família portuguesa tradicional, simples e humilde, rejeitando construções coletivas como as dos bairros operários: “a intimidade da vida familiar pede abrigo, busca isolamento, exige habitações independentes”⁹. O objetivo era usar a habitação como um meio de educação moral e sanitária, impondo regras estritas sobre a manutenção das casas e do bairro. A ideia era que, por meio dessa abordagem, seria possível promover uma “melhoria das condições sociais, econômicas, técnicas e morais”, defendendo a instituição familiar e mantendo a ordem social: “infelizmente, as colossais construções da classe trabalhadora, com seus restaurantes anexos e mesas comuns, não nos interessam. Todas essas coisas servem apenas para os encontros casuais da vida, as populações já seminômades da Civilização Superior de hoje”¹⁰. Essa visão tratava a sociedade como um organismo que poderia ser curado

7 Em Lisboa, há vários empreendimentos semelhantes em termos de objetivo e escala, que buscam melhorar as condições de habitação e revitalizar as áreas urbanas. Entre outros, citamos aqui a título exemplificativo o Bairro da Encarnação, o Bairro da Bela Vista, o Bairro do Alto do Pina, entre outros.

8 Folheto de propaganda do Bairro da Quinta da Calçada, encarte na *Revista Municipal*, n. 5, 1940. O controlo e gestão dos espaços e dos aspetos administrativos ficou a cargo da Comissão Administrativa dos Bairros de Casas Desmontáveis, que se encarregava de cobrar as rendas e taxas, enquanto o cotidiano da população estava sujeito à vigilância por um fiscal e um guarda, antigos polícias, que redigiam notas sobre o comportamento da população (Pinto, 2013, p. 64).

9 Conceitos económicos da nova Constituição — Discurso radiodifundido da U.N., em 16 de Março — Discursos, v. I, p. 199-200, 200-203 e 203-204 – 1933. Disponível em: <https://www.oliveirasalazar.org/textos.asp>. Acesso em 18 fev. 2025.

10 Excertos do discurso Conceitos económicos da nova Constituição — Discurso radiodifundido da U.N., em 16 de Março — Discursos, v. I, p. 199-200, 200-203 e 203-204 – 1933. Disponível em: <https://www.oliveirasalazar.org/textos.asp?id=704> e <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/06/02/086/1955-03-29?sft=true>. Acesso em 18 fev. 2025..

e transformado pelos educadores estatais, como professores, funcionários públicos e arquitetos. A arquitetura era vista como um instrumento essencial para moldar o tecido social e promover valores e comportamentos que fortalecessem a coesão social e o progresso.

A arquitetura não é apenas a construção de edifícios, mas também o desenho de espaços que moldam o comportamento humano, condicionam interações sociais e refletem os valores culturais e sociais de uma comunidade. Os arquitetos têm o poder de criar ambientes que promovem a inclusão, a coesão social e o bem-estar geral. Isso pode incluir desde o planejamento de bairros, para fomentar a integração social, até a criação de espaços públicos que incentivem a participação cívica e a interação entre diferentes grupos. Nesse sentido, a projeção urbana não é apenas um ato de intervenção no espaço físico, mas também uma reconfiguração simbólica e a produção de novas subjetividades. Ao melhorar as condições de habitação, acreditava-se que programas de intervenção contra a exclusão e a pobreza também disciplinariam as vidas daqueles visados, constituindo uma fábrica de novos cidadãos. Apesar do considerável sucesso desses empreendimentos, as condições miseráveis no interior do país e o *boom* industrial em Lisboa na década de 1950 pavimentaram o caminho para uma bomba-relógio demográfica na cidade. Estudos da Câmara Municipal estimavam que mais de 150.000 famílias viviam em condições habitacionais precárias. O modelo de habitação social de baixa densidade não era nem socialmente nem economicamente viável, e o medo ideológico da habitação coletiva foi gradualmente deixado de lado na busca por soluções racionais para enfrentar uma crise iminente. Esse período coincidiu com críticas internacionais ao regime, por sua relutância em se abrir às forças de globalização e democratização, tanto em seus territórios metropolitanos quanto coloniais.

A solução para a expansão urbana poderia estar em uma vasta área não urbanizada ao norte de Marvila, conhecida como Olivais devido à presença frequente de oliveiras. Em 1959, foi estabelecido um programa de habitação com aluguel acessível e criado um Escritório Técnico de Habitação, que delineou um plano ambicioso de urbanização cobrindo 710 hectares, aproximadamente um décimo de toda a área de Lisboa. Composto por uma equipe multidisciplinar de arquitetos, engenheiros, historiadores, economistas e sociólogos, o Escritório Técnico de Habitação transformou esse plano em um colossal laboratório experimental de cultura arquitetônica moderna. A equipe explorou diferentes soluções e criou versões híbridas de habitação social inspiradas em Novas Cidades inglesas e escandinavas, além de considerar desenvolvimentos e ideias latino-americanas. O planejamento e a execução foram constantemente acompanhados por análises sociológicas detalhadas, que forneceram material para repensar e reutilizar a definição tanto do espaço doméstico quanto do espaço público. Essas análises examinaram como as pessoas usavam, se apropriavam e transformavam cada unidade habitacional de acordo com seus hábitos culturais, recursos e aspirações. Isso permitiu

não apenas a inserção de uma dimensão humana e social no design arquitetónico, mas também ofereceu uma crítica aos preceitos vitais do regime autoritário, como a ideia da casa familiar como núcleo central da existência social. Em vez disso, afirmou-se uma visão mais cosmopolita da cidade, concebida como um sistema ecológico, desafiando a concepção tradicional de um caráter nacional homogêneo da “casa” portuguesa, com seu estilo correspondente, gosto, visão, economia doméstica e atribuição de papéis de gênero (Soares, 2011; Reis e Silva, 2013; Pinto, 2016; Machado, 2017). Em 1996, quase trinta anos depois da realização do projeto PRODAC, teve início uma nova transformação do território e dos modos de vida das pessoas que o habitam, erradicando todas as barracas e criando o que são hoje denominados como Bairro da Quinta Marquês de Abrantes e Bairro dos Alfinetes, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento. Decretado em 1993, e implementado nas duas décadas subsequentes, o PER foi o maior programa de habitação pública desenvolvido no Portugal democrático. Convém lembrar que no início dos anos 1990 começou a existir uma forte atenção internacional para a cidade de Lisboa devido ao título de Capital Europeia da Cultura, em 1994, e ao projeto da Expo, de 1998. Além do aumento da visibilidade internacional, que tornava particularmente problemática a imagem pública dos bairros clandestinos de Lisboa, consideramos também o incremento da pressão urbanística e a valorização de terrenos que poucos anos antes eram considerados como semiperiféricos, e que, com a Expo, se tornaram centrais. O Programa Especial de Realojamento tinha como principal objetivo a erradicação das barracas e o realojamento dos seus moradores em imóveis de habitação social no menor tempo possível (Tulumello; Allegra, 2020). Além do objetivo principal da erradicação das barracas, o PER visava a alteração do estilo de vida das populações que habitavam estes contextos indignos por meio de um plano de educação de ensino de ordem moral, destinado a favorecer a sua melhor integração no tecido da cidade. As políticas habitacionais públicas foram fortemente influenciadas por preocupações com a saúde e a ordem pública. A análise de Rita Ávila Cachado (2011) oferece uma perspectiva crítica e detalhada sobre as políticas habitacionais públicas em Portugal, evidenciando a influência do higienismo desde o início do século XX. O regulamento interno das novas habitações sociais era muito limitativo a vários aspetos da vida no bairro, com diversas proibições de horário e distribuição de eletricidade pública, proibição de animais nas habitações, proibição de construir cercas no quintal, andar descalço na rua, pisar a relva e muitas outras disposições relativamente às famílias e aos moradores.

A crescente patologização dos comportamentos com base nas condições habitacionais precárias e a utilização da arquitetura como instrumento de educação pública são características comuns ao discurso modernista. A percepção da sociedade como um corpo que podia e deveria ser curado pelos educadores estatais usava a arquitetura como um dos principais instrumentos de intervenção sobre o tecido social. As condições de habitação degradadas poderiam favorecer

comportamentos desviantes, dependência econômica, ócio e criminalidade, perpetuando o estereótipo da cultura da pobreza associada a esses bairros. Assim, o planejamento urbano não é apenas uma intervenção no espaço, mas também uma reconfiguração simbólica e a produção de novas subjetividades sociais: uma fábrica de novos cidadãos. A mudança das condições habitacionais tinha como objetivo disciplinar também as vidas dos visados pelos programas de intervenção contra a exclusão e a pobreza. A preocupação com a erradicação das barracas estava inserida no Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP), inaugurado pelo XII Governo Constitucional em 1991, com o objetivo de combater a pobreza e os cinco gigantes da carência, da doença, da ociosidade, da ignorância e da miséria, apontados por Lord William Beveridge no Reino Unido da década de 40. A alteração das condições habitacionais e higiênicas buscava curar as patologias mais profundas da dependência e da desordem por meio da educação, promovendo emancipação moral, estabelecendo virtudes cívicas e cultivando bons hábitos e disposições mentais. Assim nasceu o Bairro do Marquês de Abrantes, hoje um espaço urbano reconvertido, onde as barracas do Bairro Chinês deram lugar a edifícios construídos em altura, separados por ruas largas e arejadas, estendendo-se pela encosta voltada para o nascente, acima da linha do comboio. Seus blocos, como grandes paralelepípedos em linhas retas, transmitem uma sensação de ordem, higiene e disciplina, sugerindo novas formas de viver e habitar. As paredes dos edifícios, anteriormente pintadas do que é popularmente chamado de “amarelo dos pobres”, estão agora adornadas com murais feitos por artistas internacionais durante o Festival Muro, organizado pela Galeria de Arte Urbana da Câmara Municipal de Lisboa. Os habitantes afirmam não ter gostado dessa intervenção, que reforça a imagem de um bairro marginal, segregado e problemático, sem refletir a verdadeira história e identidade daquele lugar e de seus moradores.

Do tempo das barracas só restam memórias. Se a imagem pública retrata um contexto degradado, insalubre e perigoso, as pessoas que lá viveram contam da outra face da moeda. Certamente havia escassez de condições, de higiene e de infraestruturas básicas, e todos concordam que as casas sociais que lhes foram atribuídas são mais confortáveis. Porém, persiste a nostalgia da vida no bairro, das relações que replicavam as amizades das aldeias, da convivência, da proximidade entre vizinhos, da amizade, da solidariedade, da entrerajuda, da proximidade das casas, dos pátios, das hortas.

Os grandes prédios que substituíram as casinhas não favorecem as relações interpessoais. Os grupos de parentes e amigos foram realojados em edifícios nem sempre próximos, e os núcleos habitacionais são distantes entre eles e sem nenhum serviço que facilite a mobilidade dos moradores. Estes sentem falta desses tempos e lembram a vitalidade de outrora, em contraste com a contemporaneidade, onde falta comunicação e tudo parece mais parado. Como relatam alguns: “os vizinhos não são os mesmos”, “as pessoas já não são tão unidas”, “tudo era

diferente, para melhor, nas relações de vizinhança”, “hoje estes laços já não existem”, “onde há gente, eu é que não conheço as pessoas”.

No meio do vazio urbano, dos descampados e dos terrenos baldios que caracterizam o Bairro do Marquês de Abrantes, resta, porém, uma marca física do que foi o Bairro Chinês. Como uma marca do passado, fora de contexto e em contradição com a lógica habitacional dos edifícios de realojamento, surge, às margens da que outrora foi a estrada principal do Bairro Chinês, o Pátio 88, o único que sobreviveu à demolição do Bairro Chinês. Voltada para a rua, a construção abriga um pequeno restaurante gerido pela Dona Lena, uma casinha, uma horta e um quintal logo atrás. “Eu não vou embora, isso é minha casa”, explica a Dona Lena. De longe, podemos ver o Sr. Idílio nos campos, pastoreando suas cabras, que dormem no quintal. “As coisas eram muito melhores do jeito que eram. O que vou fazer no novo bairro? Os laços que tínhamos aqui agora se foram. Aqui posso plantar meus vegetais, e ele pode pastorear suas cabras. Quem diz que as pessoas de lá têm uma vida melhor do que nós?”. A Dona Lena e o Sr. Idílio resistem às mudanças. A sua presença obstinada no território incomoda as autoridades, que os querem fora dali e, por isso, são vistos com simpatia pelos vizinhos.

Apesar das grandes transformações que esse lugar sofreu, e das pressões legais que continuam a enfrentar para deixá-lo, persistem teimosamente em manter um modo de existência desalinhado, aquele que escolheram para si. Se as utopias consolam com as suas geometrias, com a ordem e organização das formas e com a abertura dos jardins, as heterotopias perturbam porque subvertem a ordem, contrariam o conhecido, suspendem o tempo, condensam experiências distantes, tornam presentes fronteiras sociais e simbólicas.

A edificação dos grandes conjuntos habitacionais sociais, destinados ao realojamento da ampla população residente em bairros de barracas, como o Bairro Chinês do qual já falamos, reproduz alguns dos elementos utópicos já identificados. Em primeiro lugar, a necessidade de construir o espaço do nada segundo um projeto novo e claro, e não por alterações ou melhorias sucessivas do que já lá estava. É o que o Descartes, na segunda parte do *Discours de la méthode* (1637), considera o verdadeiro projeto utópico: o projetar e construir a cidade do zero, de uma só vez, com base em um projeto coerente e ordenado.

Aludindo à ambivalência do u- inicial do termo utopia – que por um lado pode significar um u- de negação, o ‘não lugar’ – e pelo outro o advérbio (eu)- que significa ‘bem’, o bom lugar, o lugar ideal, a cidade utópica é construída racionalmente na base de um plano regulador, planejada de forma geométrica e ordenada. Os bairros de realojamento surgem para substituir uma realidade que deve desaparecer o mais rapidamente possível: a presença desconfortável dos bairros clandestinos de barracas.

Ilhas urbanas desligadas da cidade que os envolve, estes bairros são pensados para servir apenas os seus habitantes, criando núcleos de habitação coletiva o mais autônomos possível e

independentes do resto, caracterizados por linhas retas e geometrias simples que sugerem um estilo de vida saudável e eficiente, com aberturas sobre espaços verdes, pontes e galerias de interligação entre os vários blocos destinados a reforçar relações de vizinhança e a proporcionar situações de convivência saudável. O resultado atual é a presença de um grande arquipélago de ilhas habitacionais separadas entre si por amplos vazios urbanos e desligadas do resto da cidade.

Se a deslocação entre núcleos não é simples, também são escassas as entradas aos blocos, criando, por um lado, uma situação de maior controle por parte dos residentes, e por outro aumentando os riscos de ‘guetização’, com o seu interior passando a funcionar como um espaço independente e autônomo sem necessidades de conexão com o contexto envolvente. A segregação urbanística desses núcleos habitacionais contribui para uma imagem estigmatizada daquela realidade social, pouco convidativa para visitantes não moradores. O cenário apocalíptico dos grandes blocos de habitação social, ilhas perdidas no vazio urbano, torna presente o fantasma invisível da pobreza, da exclusão, da miséria – outrora materializado pelos bairros de lata.

É a esse passado que os novos projetos olham com algo que não se pode repetir: a memória das barracas, recente, apesar de quase invisível no atual tecido urbano, funciona como um pesadelo (retro)distópico. Esse termo não se refere à fantasia de um futuro ou de um mundo paralelo negativo, mas à imaginação de algo passado como extremamente nocivo, miserável e indesejável. Os projetos utópicos de regeneração de Marvila – hoje como outrora – são também planos de esquecimento de um passado de pobreza. São “retrotopias”, como diria Zygmunt Bauman (2017), ligadas somente ao que desse passado é romantizado e idealizado: o tempo da coletividade, da entreatajuda, da proximidade, da vida na cidade “como se” fosse o campo, ou ainda a época do crescimento econômico, do progresso, das máquinas e das indústrias, da vitalidade febril, da história operária. “Das ratazanas, da fome, da miséria da nossa infância, afirma o Ricardo com um sorriso, ninguém quer lembrar”.

(RETRO)TOPIAS, (RETRO)DISTOPIAS E ARQUITETURAS DE CIDADANIA

A idealização positiva da cidade-jardim, da ruralidade dentro da cidade, das urbanizações de vivendas unifamiliares organizadas em composições geométricas, e do campo como espaço de lazer para a aristocracia lisboeta, com suas conotações de tranquilidade e contato com a natureza, sustenta hoje o imaginário futuro de uma Marvila ‘verde’. As hortas urbanas — formais e informais, familiares e comunitárias — que caracterizam esse território, assim como os amplos descampados, os espaços arborizados ou baldios, foram consideradas fontes de

benefícios sociais, ambientais, econômicos, emocionais e até espirituais para a comunidade. As motivações são variadas, podendo estar associadas à inclusão social (étnica, de gênero e geracional), ao complemento dos rendimentos de famílias desfavorecidas, às áreas de lazer comunitárias, à sustentabilidade e resiliência urbana, à educação ambiental, à contemplação e até a novos estilos de vida mais espirituais baseados na harmonia entre o homem e a natureza.

O que liga essas propostas é a visão comum da criação de uma ligação entre o passado e o futuro, replicando a tradição rural da área, através da valorização das zonas verdes existentes, da criação de mercados biológicos e da promoção de atividades comunitárias e educativas. O espaço verde neste bairro é composto por diferentes áreas. Destaca-se o amplo espaço baldio, onde também se encontra um imponente “geo-monumento”, situado em frente à antiga Escola Secundária Afonso Domingues. Esta área se estende até à Escola António Verney; ali perto encontra-se a Mata da Madre de Deus. Ao lado da antiga Quinta das Pintoras há um bosque densamente arborizado e que serve de arranque para a área onde surgem as hortas urbanas. Na passagem para a rua do Açúcar há um mirante em terreno baldio onde antes se encontrava o Pátio de Israel.

Olhando para o passado, neste caso para uma imagem romantizada da vida animada e dinâmica da época industrial, surgem projetos que querem recriar o dinamismo das fábricas em uma chave contemporânea. Fábricas ‘novas’ ou ‘modernas’, indústrias criativas, espaços polivalentes de *co-working*, *hub*, *start-ups*, laboratórios, oficinas ligadas a uma economia inovadora baseada na arte, na tecnologia e no *design*. Um rápido passeio por Marvila Velha exhibe as ruínas de todo esse passado, mas também nos dá um vislumbre do futuro que está para acontecer. Em plena crise econômica, a Câmara Municipal de Lisboa adotou a narrativa das indústrias criativas como um grande catalisador e motor de regeneração das zonas pós-industriais e como fonte de investimento, sobretudo estrangeiro, no contexto da crise econômica e dos planos de recuperação da Troika.

Marvila está para se tornar rapidamente um território experimental de todos os *slogans* contemporâneos de regeneração urbana, sendo idealizada como uma cidade sustentável, verde, inteligente, criativa e resiliente, considerando que esses processos de desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico serão capazes de reforçar as identidades locais, capacitar as comunidades e promover a coesão social.

Ironicamente, as contradições entre os processos de resistência rural em meio ao desenvolvimento urbano, que por tanto tempo foram vistos como um risco à saúde e à moral, estão agora sendo reavaliadas e revalorizadas: os jardins comunitários urbanos foram regulamentados e serão desenvolvidos ainda mais. Uma vinha orgânica foi plantada para celebrar o glorioso período da indústria vinícola e grandes cinturões verdes estão sendo projetados, tendo Marvila como seu núcleo. Com a mesma mentalidade, a própria narrativa das indústrias criativas está

tentando recriar uma imagem romantizada da vida animada e dinâmica do bairro durante o auge industrial. Após um século de utopias fracassadas, poderia o futuro dessa área ser uma retrotopia, um plano para prosperar, abraçando seu próprio passado?

As indústrias do passado dão espaço à nova realidade das fábricas criativas e aos espaços de interesse artístico e cultural. O investimento público no setor cultural com objetivos de regeneração urbana tem assumido destaque na cidade de Lisboa nos últimos anos, especialmente em contextos urbanos pós-industriais como é o caso de Marvila. Em um território feito de contrastes, essas novas oficinas de modernidade convivem ao lado de edifícios devolutos e em ruínas e ocupam, aos poucos, os terrenos baldios. Essa imagem do contexto fabril traz consigo novas economias, novos visitantes, habitantes, protagonistas, empresários e profissionais, novos imaginários e novos espaços de trabalho, de habitação e de lazer. Não é de se admirar que o arquiteto italiano Renzo Piano tenha decidido propor para Marvila a construção de um novo bairro, o Braço de Prata, com o intuito de homenagear o passado industrial. O bairro residencial foi idealizado segundo um plano retrospectivo, olhando para o passado e desenhando, assim, 12 edifícios que, do alto, se assemelham a uma enorme fábrica. A inspiração foi a Fábrica de Braço de Prata, construída em 1904 para a produção de armamento e material de guerra e desativada em 1990, que hoje abriga um centro cultural que ocupa um papel de destaque nesses processos de revitalização da zona. O projeto de Piano, com um valor de 450 milhões de euros, visa criar um microcosmo com habitações, restaurantes, espaços de lazer, jardins e escolas, inspirado na vida de um espaço real, sem luxos, como foi outrora, para que seja um bairro ‘para viver gente normal’. Os preços variam de 400 mil a 2,7 milhões de euros.

Não que isso importe muito para a maioria dos moradores que ainda podem se dar ao luxo de viver desse lado ribeirinho do Muro de Berlim, e ainda menos importa aos que nunca viveram aqui e continuam “presos do outro lado da linha de ferro”, como diz Maria. Esse tipo de oferta cultural não atrai essa população, que vê com desagrado a abertura de restaurantes sofisticados e lojas alternativas. Muitos deles suspiram pelas antigas tascas, bares, farmácias, açougues e correios que desapareceram com o declínio da vivacidade industrial. O futuro de Marvila, para eles, só será bom para os “senhorios que podem aumentar seus aluguéis” e para os “insanos dispostos a pagar meio milhão de euros por um estúdio”. O futuro deles estará longe dali. Outros realmente não sabem o que vai acontecer. Eles têm certeza de que a nova Marvila não é mais para eles.

Próximo aos edifícios de Piano está sendo construído um novo condomínio que aposta também na memória das velhas fábricas lisboetas de Marvila, nos espaços verdes, nas hortas comunitárias, nas áreas comuns de lazer e que promove a ligação entre os diferentes proprietários. Trata-se do conjunto habitacional ‘Prateado’ que está sendo construído na Rua Pereira Henriques, aproveitando o ambiente de armazéns e galerias, novos restaurantes cosmopolitas, circuitos

de cervejarias artesanais, hotéis *boutique*, bares *design*, projetos *smart* de cariz cultural que estão surgindo naquela zona de Marvila. Estes 51 *lofts*, fruto do investimento de 16 milhões de euros do grupo libanês *FFA Real Estate* com autoria dos escritórios de arquitetos portugueses *Tekstudios*, querem constituir um “condomínio da nova geração” com áreas comerciais, uma pista de *jogging*, soluções *high tech*, lavandaria *self-service*, energia solar, horta comunitária e espaço para ‘promover a interação entre moradores e retomar o conceito de comunidade’, como sublinha Georges Abu Jaoude, CEO da *FFA Real Estate*. O empreendimento privilegia o *design* característico dessa zona industrial da cidade: a opção do betão à vista e de texturas naturais permite abraçar o conceito de *loft* e reforçar o cunho industrial que deu origem ao *layout* de todo o condomínio e da sua arquitetura. Estes dois projetos, em Marvila, são os primeiros de outros investimentos que já estão sendo delineados para essa zona, onde começam a proliferar inúmeros conceitos ligados à tecnologia, ao *design*, ao empreendedorismo e à criatividade.

Essas idealizações do passado refletem também imaginários ideais de *civitas*: em um caso, uma sociedade rural, formada por relações quase familiares de proximidade e de interajuda; no outro, uma comunidade moderna, ligada a valores de progresso, trabalho e autonomia. Nesta fascinação retrotópica para com um passado romantizado, como o tempo de coletividade e interajuda, assim como na idealização utópica do ambiente harmonioso e sustentável da “cidade-jardim”, nem todas as soluções de ontem são auspiciosas para projetar o amanhã. Se subsiste uma visão do passado romantizada que serve como inspiração para o futuro, todavia, no imaginário dos mesmos moradores existe também a memória de um passado de miséria, reproduzido nas distópicas “ilhas habitacionais” representadas pelos grandes blocos de habitação social, que evocam e reproduzem pobreza, segregação urbana e exclusão social.

As dinâmicas de regeneração urbana em Marvila revelam as complexas tensões entre as visões utópicas, retrotópicas e as realidades distópicas que aqueles que habitam esta área sempre enfrentaram e que moldam as experiências dos residentes. Os processos de regeneração urbana ignoram, muitas vezes, as realidades sociais e históricas dos bairros. A pesquisa antropológica, que revela as experiências e as preocupações cotidianas dos moradores, torna-se um instrumento fundamental para um planejamento urbano mais inclusivo e consciente das vozes dos residentes, permitindo imaginar futuros alternativos que realmente atendam às necessidades da comunidade.

REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, Filipa Oliveira. **Habitação operária**: pátios e vilas de Lisboa: a experiência

- da cidade operária industrial. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura de Habitação) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2002.
2. ÁVILA CACHADO, Rita. Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures. **Fórum Sociológico**, [s. l.], v. 21, p. 23-31, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/425>. Acesso em: 24 fev. 2025.
 3. ÁVILA CACHADO, Rita. O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. **Análise Social**, [s. l.], v. 206, n. xlviii (1), p. 135-152, 2013. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/o-programa-especial-de-realojamento-ambiente-historico-politico-e-social/19553>. Acesso em: 24 fev. 2025.
 4. BAPTISTA, Luís. **Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa**. Oeiras: Celta Editora, 1999.
 5. BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Cambridge: Polity Press. 2017.
 6. BOERI, Andrea; GASPARI, Jacopo; GIANFRATE, Valentina; LONGO, Danila; PUSSETTI, Chiara. The adaptive reuse of historic city centres. Bologna and Lisbon: solutions for urban regeneration. Techné. **Journal of Technology for Architecture and Environment Research and Project**, [s. l.], v. 12, p. 188-195, 2017. Disponível em: <https://oaj.fupress.net/index.php/techné/article/view/4600>. Acesso em: 24 fev. 2025.
 7. CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília. **O Formoso Sítio de Marvila**. Lisboa: Junta de Freguesia de Marvila, 2004.
 8. CONSIGLIERI, Carlos; ABEL, Marília. **Marvila**. Lisboa: Dinalivro, 2006.
 9. CORREIA, Rita; FALANGA, Roberto; NUNES, Mafalda; MARTINS, João. **ROCK Lisbon Survey: Statistical Report**. Lisboa, 2020. Disponível em: <https://lisboa.rockproject.eu/rock-lisbon-survey-statistical-report/>. Acesso em: 18 fev. 2025.
 10. DESCARTES, René. **Discours de la méthode**. Paris: Jean Maire, 1637.
 11. DI GIULIO, Roberto; BOERI, Andrea; LONGO, Danila; GIANFRATE, Valentina; BOULANGER, Saveria; MARIOTTI, Chiara. ICTs for accessing, understanding and safeguarding cultural heritage: the experience of INCEPTION and ROCK H2020 Projects. **International Journal of Architectural Heritage**, [s. l.], v. 15 n. 6, p. 825-843, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337352793_ICTs_for_Accessing_Understanding_and_Safeguarding_Cultural_Heritage_The_Experience_of_INCEPTION_and_ROCK_H2020_Projects. Acesso em: 24 fev. 2025.
 12. FALANGA, Roberto; NUNES, Mafalda Corrêa. Dias de Marvila. **ROCK Report**. [s. l.], 2018. Disponível em: <https://lisboa.rockproject.eu/wp-content/uploads/2019/04/Report-Dias-de-Marvila2small-1.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.
 13. FALANGA, Roberto; NUNES, Mafalda Corrêa; MARTINS, João Carlos. Bibliogamers. **ROCK Report**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://lisboa.rockproject.eu/relatorio-ics-4-bibliogamers/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

14. FALANGA, Roberto; PUSSETTI, Chiara. Connecting agencies in Lisbon. Insights from the H2020 project ROCK, *In: TOPI*, Corrado; LUCCHINI, Chiara (ed.). **The city agencies working papers**. Methodologies, approaches, potentialities and perspective. Torino: Urban Lab Torino, 2019. p. 32-42.
15. FALANGA, Roberto; NUNES, Mafalda Corrêa. Tackling urban disparities through participatory culture-led urban regeneration: insights from Lisbon. **Land Use Policy**, [s. l.], v. 108, art. 105478, 2021. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/lauspo/v108y2021ics0264837721002015.html>. Acesso em: 24 fev. 2025.
16. FALANGA, Roberto; BONOLI, Alessandra. Sustainability and cultural heritage. *In: LEONI, Giovanni; BOERI, Andrea; LONGO, Danila; GIANFRATE, Valentina; BOULANGER, Saveria; MASSARI, Martina; ROVERSI, Rossella (ed.). Cultural Heritage leading Urban Futures: Actions and Innovations from ROCK Project*. Delft: TU Delft, 2021. p. 82-90.
17. FERREIRA, Susana; GOMES, Ana. **Prodac: comunidade em construção**. Lisboa: Centro Editorial da Santa Casa de Misericórdia, 2015.
18. FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge. **Caminho do oriente: guia do património industrial**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
19. LEITE, Ana Cristina; VILHENA, João Francisco. **Pátios de Lisboa: cidades entre muros**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1991.
20. MACHADO, João Cláudio Rodrigues. **O Lugar para a participação – Bairro PRODAC**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.
21. MARTINS, João Carlos. Culture-led urban regeneration and local expectations of urban void renewal in eastern Lisbon: A critical perspective on the social and spatial accomplishments of ROCK Pilot Projects in Marvila. **Culture Unbound**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 51-74, 2022. Disponível em: <https://cultureunbound.ep.liu.se/article/view/1094>. Acesso em: 24 fev. 2025.
22. MATOS, José Sarmiento. **Caminho do oriente: guia histórico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
23. PEQUENO BAPTISTA SOARES DA MATA, Ana Maria. **Identidade territorial de um bairro social: o caso da Quinta Marquês de Abrantes**. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Nova, Lisboa, 2011.
24. PEREIRA, Nuno Teotónio. Pátios e vilas de Lisboa: 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. **Análise Social**, [s. l.], v. XXIX, n. 127, p. 509-524, 1994.
25. POGGEMANN, Tim. **Cultural-led urban regeneration in Lisbon: access to culture in the cases of Beato and Marvila**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional) – Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, Kiel, 2020.

26. PUSSETTI, Chiara; BARROS, Vitor. Geographies of public art and urban regeneration in Lisbon. In: MARTINEZ, Francisco (ed.). **Politics of recuperation**. repair and recovery in post-crisis Portugal. London: Routledge, 2020. p. 101-118.
27. REBOLO, José Manuel Teles. **O realojamento do Bairro Chinês em Marvila: participação e autoconstrução como processo – o caso da PRODAC (1970-1974)**. 2017. Tese (Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.
28. REIS E SILVA, Margarida. **Para onde a indústria os levou: crescimento urbano de Marvila e Beato a partir de 1835**. [S. l.]: Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª série n. 12, p. 117-140, 2019.
29. REIS E SILVA, Margarida. **Pátios e vilas de Marvila e Beato: modos de vida de um movimento antigo**. [S. l.]: Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª série, n. 6., p. 143-170, 2016.
30. REIS E SILVA, Margarida. **Pátios e vilas da zona ribeirinha oriental: materialidade, memória e recuperação urbana**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.
31. REIS E SILVA, Margarida. History and Stories of Marvila and Beato. **ROCK Research Note**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://lisboa.rockproject.eu/history-and-stories-of-marvila-and-beato>. Acesso em: 18 fev. 2025.
32. SILVA NUNES, João Pedro; DOURADO SEQUEIRA, Ágata. O fado de Marvila: notas sobre a origem citadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de Lisboa. **Forum Sociológico**, [s. l.], v. 21, p. 33-41, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/382>. Acesso em: 24 fev. 2025.
33. SOARES, Ana Maria. **Identidade Territorial de um Bairro Social: O caso da Quinta Marquês de Abrantes**. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território – Território e Desenvolvimento), – Universidade Nova, Lisboa.
34. TELES REBOLO, João Manuel. **O Realojamento do Bairro Chinês em Marvila: participação e autoconstrução como processo – o caso da Prodac (1970-1974)**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Especialidade em Arquitetura) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.
35. TULUMELLO Simone et al. **Social housing policy or social policy for housing? The role of the Programa Especial de Realojamento (PER) in the housing/planning nexus in Portugal**. In: LISBON AESOP ANNUAL CONGRESS, 17., 2017, Lisboa. **Proceedings** [...]. Lisboa: AESOP, 2017. p. 1711-1725.
36. TULUMELLO, Simone; ALLEGRA, Marco. Habitação social e segregação da pobreza: uma reflexão a partir do caso do Programa Especial de Realojamento (PER). **Rediteia: Revista de Política Social**, Lisboa, v. 52, p. 155-162, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/47067>. Acesso em: 31 maio 2025.

Chiara Pussetti

Investigadora Principal e Docente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
Doutora em Antropologia Cultural pela Università degli Studi di Torino. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2146-3587>. E-mail: chiara.pussetti@ics.ulisboa.pt